

38º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 19 – Repensando e ressignificando a economia, o mercado e seus dispositivos de legitimação.

As ações de responsabilidade social do setor elétrico: o caso das hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai

Ísis Oliveira Bastos Matos

Hemerson Luiz Pase

As ações de responsabilidade social do setor elétrico: o caso das hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai

Ísis Oliveira Bastos Matos
Hemerson Luiz Pase

1. Introdução

Uma das áreas sensíveis para o desenvolvimento de um país é a infraestrutura, pois propicia possibilidades simples como o deslocamento e acesso a bens de consumo, como outros bastante complexos como a circulação da informação e a distribuição da riqueza.

Entende-se por infraestrutura um conjunto de atividades e estruturas fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Logo, investir em energia além de proporcionar desenvolvimento social é indispensável para impulsionar crescimento econômico do Brasil (GONÇALVES 2007).

No que tange a estrutura econômica, ao longo da história, o Estado brasileiro assumiu as mais variadas formas para se adequar a dinâmica social. A partir da década de 1970 um novo papel político começa a ser desenhado para o Estado a partir de sua retirada da gestão de diversos segmentos produtores de bens e serviços. Um exemplo disso, a indústria da eletricidade, que antes era de gestão estatal, começa um longo processo de transferência de capital para a iniciativa privada (GONÇALVES, 2007).

De modo geral, as políticas de infraestrutura produzem inúmeras externalidades, resultados não esperados, impactos econômicos, culturais, sociais e ambientais causando prejuízos para alguns segmentos sociais. Situação análoga ocorre no setor elétrico e, principalmente, hidrelétrico, responsável pela maior parte da produção de energia elétrica¹ no país. A construção de usinas hidrelétricas (UHEs) ocasiona problemas ambientais advindos, entre outros, da grande extensão de terra devastada para instalação de canteiros de obras e formação de reservatórios, bem como problemas sociais devido à necessidade de realocação das famílias atingidas pela barragem além da perda de patrimônio histórico e cultural local.

Assim, neste trabalho, a problemática central procura responder a seguinte questão: quais são as percepções dos envolvidos quando da instalação de uma hidrelétrica sobre as ações de responsabilidade social? Mais especificamente, este trabalho pretende lançar luz sobre os elementos que influenciam adoção de responsabilidade social pelas empresas.

Para atenção ao objetivo da pesquisa os recursos metodológicos recorrem à pesquisa bibliográfica e à entrevista do tipo semiestruturada. Ao que se refere à pesquisa

¹ A energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do fluxo das águas em uma usina (ANEEL, 2008, p. 53).

bibliográfica, empenhou-se esforços na coleta, análise, descrição, interpretação e comparação de dados bibliográficos dispostos em livros de diversas áreas do conhecimento, bem como em periódicos eletrônicos referentes às temáticas de estudo. Quanto à entrevista, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada devido ao seu caráter aberto que permite o entrevistado responder as questões segundo as suas percepções. Gil (1999, p. 120) explica que nesse tipo de entrevista “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, valorizando o relato oral dos envolvidos, valorizando as experiências vividas, além de demonstrar seu envolvimento no processo da instalação das hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai. As gravações foram consentidas pelos entrevistados e aplicadas de forma individual, seguindo um roteiro de questões guias (em anexo).

Foram realizadas 23 entrevistas concedidas entre os dias 01 de julho de 2013 a 06 de julho de 2013 nas cidades catarinense de Florianópolis, Campos Novos, Abdom Batista e Anita Garibaldi e nas cidades gaúchas de Pinhal da Serra, Machadinho e Erechim. A pesquisa foi realizada com gestores públicos, representante do empreendedor, sindicalistas, representante do Movimento de Atingido por Barragem (MAB), representante de associação de atingidos, advogados que estiveram em disputa nas questões judiciais e atingidos pelo empreendimento.

Este trabalho está estruturado em três capítulos além dessa apresentação e das considerações finais. O primeiro capítulo busca delimitar o conceito de responsabilidade social e as

2. Modelo de desenvolvimento adotado no Brasil

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX e está atrelado aos princípios liberais cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado. A discussão sobre o conceito de desenvolvimento começa a ganhar contornos mais nítidos a partir do final da 2ª Guerra Mundial e permaneceu com enfoque liberal até a década de 1970 (PASE et al, 2013).

Na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolve um papel determinante para a construção do modelo a ser seguido para se alcançar um estágio superior de desenvolvimento, pois identifica que as relações entre centro-periferia² beneficiam prioritariamente o centro.

Diante desse diagnóstico a CEPAL elabora propostas para a superação da condição de dependência da América Latina. A principal orientação é de investimentos

² Por periferia a CEPAL entende todos os países que estão fora dos grandes centros de decisão político, econômico e social.

macios em industrialização, principalmente de produtos que sejam frequentemente importados (GONZÁLES e PASE, 2012).

Observando as relações entre Estado, sociedade civil e setor produtivo privado notam-se gradativas e constantes alterações em suas formas e no papel de cada um ao longo do tempo. No que tange a estrutura econômica, ao longo da história, o Estado brasileiro assumiu as mais variadas formas para se adequar a dinâmica social.

Em meados do século XX, o Estado teve papel preponderante no desenvolvimento social e econômico do país. Naquele modelo, de cunho intervencionista, o Estado trazia para si as responsabilidades por prestações de serviços sociais fundamentais além de intervenções econômicas a fim de compatibilizar com interesses coletivos, tais como concessão de apoio financeiro e abertura de setores industriais e de infraestrutura, dentre eles o energético (BIELSCHOWSKY, 2000).

No final da década de 70, com a redução do custo de transporte e comunicação uma economia mais competitiva e integrada transforma profundamente o sistema econômico mundial. Assim, frente ao novo contexto caracterizado pela intensa competição e reorganização da produção em escala global, o Estado intervencionista brasileiro, que já havia sido destacado como modelo de desenvolvimento no início do século XX, aos poucos, foi impelido a deixar de sê-lo para adotar uma postura mais liberal (BRESSER PEREIRA, 1997).

3. Energia e Desenvolvimento

A energia é um insumo indispensável para qualquer tipo de desenvolvimento. O processo de uso das energias se intensificou consideravelmente até o advento da segunda revolução industrial, iniciada na segunda metade do século XIX, que trouxe, em seu bojo, o uso de novas fontes de energia que entre outros destacamos a hidroeletricidade.

Nas sociedades modernas são muitos os desafios colocados pelas necessidades de abastecimento energético. O desenvolvimento está cada vez mais baseado no uso intensivo de energia. E os empreendimentos de geração, transmissão ou de distribuição de qualquer tipo de produção de energia causam impacto ao meio ambiente, seja em maior ou menor grau. Assim, a expansão da oferta de energia, necessariamente acarreta em maior interferência no meio ambiente.

A geração de energia elétrica no Brasil é calcada predominantemente na hidroeletricidade³. E tendo por base a importância da energia para o desenvolvimento, desde a segunda década de 1990, período inicial de instalação do modelo de privatização do setor elétrico brasileiro, a oferta de eletricidade não acompanhou a demanda associada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) o que acaba por

³ ANEEL (2014)

fomentar a multiplicação da construção de hidrelétricas em todo o país (FURTADO, 2004).

3.1. Bacia do Rio Uruguai

Da fusão dos rios Pelotas e Canoas surge o Rio Uruguai que divide os estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Delimita território entre Brasil e Argentina após a sua confluência com o rio Peperi-Guaçu e, mais ao sul, demarca divisas entre Uruguai e Argentina após receber a afluência do rio Quaraí. A bacia do Rio Uruguai se constitui em importante afluente da bacia hidrográfica do Prata, constituído pela junção das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

A bacia do Rio Uruguai encontra-se totalmente localizada na região sul do Brasil. O rio possui 2.200 km de extensão e clima predominantemente subtropical com maior concentração de chuvas entre os meses de maio e setembro ainda que a precipitação seja regular durante todo o ano.

Historicamente, a bacia do Rio Uruguai teve sua população formada por índios Tupiguarani e Kaingang, seguidos da chegada de imigrantes europeus (principalmente alemães e italianos) e caboclos. Os imigrantes europeus e caboclos chegaram à região basicamente em decorrência das revoltas ocorridas a partir do século XIX (Farroupilha-1845, Federalista-1893, Contestado-1916) e da própria expansão da imigração que ocorria naquele período (TEDESCO e VANIN, 2013).

Geograficamente, o Rio Uruguai apresenta boa declividade e barrancas íngremes contribuindo para a sua “vocação hidrelétrica” (ROCHA, 2013 p. 84). Essa voca o alia o aproveitamento da cadência natural do rio para produ o de energia e a redu o de gastos na constru o de reservatórios por se tratar de uma região de vales o que possibilita o melhor aproveitamento a partir de reservatórios menores.

Diante dessa “voca o hidrelétrica” já foram inventariadas mais de vinte UHES na bacia do Rio Uruguai, algumas concluídas e outras em processo de licenciamento. A bacia do rio Uruguai transformou-se no final do século XX e início do século XXI em um imenso canteiro de obras (BOAMAR, 2003). Entre elas destaque cinco devido a sua potência e impacto ambiental, sejam elas:

Tabela 1: principais UHES em opera o da bacia do rio Uruguai

UHE	Potência	Reservatório	Localiza�o	Situa�o	Consórcio
It�	1450 MW	141 Km ²	Rio Uruguai, entre os municípios de It� (SC) e Aratiba (RS).	LI em 1978 e LO em 2000	Tractebel Energia
Machadinho	1060 MW	56,7 Km ²	Rio Pelotas, entre os municípios de	LI em 1978 e LO em 2000	Consórcio Machadinho

			Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS).		
Barra Grande	690 MW	77,3 Km2	Rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC)	LI em 2001 e LO em 2005	Baesa
Campos Novos	880 MW	34,6 Km2	Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos (SC).	LI em 2001 e LO em 2006	Enercan
Foz do Chapecó	855 MW	79,9 Km2	Rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC).	LI em 2002 e LO em 2010	Foz do Chapecó

FONTE: adaptado pela autora a partir de ROCHA (2013, p.82).

Atualmente cerca de 3,9 milhões de pessoas vivem na parte brasileira da bacia do Rio Uruguai. A região possui um total de 384 municípios com maior concentração nas unidades hidrográficas de Chapecó, Canoas, Ibicuí e Turvo. A região possui um total de 384 municípios, dos quais merecem destaque Lages e Chapecó, em Santa Catarina; Erechim, Ijuí, Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé, no Rio Grande do Sul (ANA, 2013).

4. Pressupostos estratégicos da responsabilidade social

De modo geral, o conceito de responsabilidade social é moldado a partir do contexto político, econômico e social e, por este motivo, as transformações ocorridas no século XX contribuíram para a mutação do conceito ao longo dos anos.

As organizações mudam quando o ambiente, o mercado e as tecnologias mudam. Da mesma maneira que as organizações transformam o ambiente em que atuam o impacto dos negócios na sociedade se fez presente com o aparecimento das grandes empresas. Atualmente é inegável que as atividades e as operações das empresas afetam a sociedade como um todo. O público começou a expressar suas preocupações com o comportamento social das empresas em relação aos problemas sociais e ambientais exigindo maior envolvimento delas na solução destes. Mais que isso, passou a questionar o papel das empresas na sociedade (BORGER, 2001, p. 17).

No Brasil, observa-se que a atuação da responsabilidade social cresce ou estabiliza de acordo com o contexto socioeconômico. As alterações sofridas pela sociedade frente à intensificação da globalização, o maior envolvimento das organizações com as causas socioambientais, o agravamento das questões ambientais, o surgimento da sociedade civil⁴ em âmbito global, a reforma do Estado e a disseminação da pobreza certamente são fatores que corroboram com a postura das empresas no contexto atual (BEGHIN, 2005).

A partir dos anos 90, momento de ebulição do projeto de responsabilidade social, frente à incapacidade fiscal e financeira brasileira para a manutenção das políticas públicas sociais, abriu-se espaço para a ascensão de novos atores no cenário social e político do Brasil, dentre eles o empresariado.

Tenório (2004) afirma que são várias as justificativas para as empresas adotarem uma postura mais responsável frente à questão social, dentre elas o autor destaca as pressões externas e a instrumentalidade.

As pressões externas são inerentes às imposições postas pelos consumidores, pelos reclamos das comunidades impactadas pela ação empresarial e pelos códigos de conduta internacional que coíbem a atuação irresponsável das empresas. No que diz respeito à instrumentalidade do comportamento socialmente responsável, as empresas são beneficiadas pelo retorno de marketing e isenções fiscais concedidas pelo governo pelo desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades, por este viés, o principal motivador para a ação social advém do interesse econômico para a garantia de competitividade no mercado (TENÓRIO, 2004).

A perspectiva neoliberal enfatiza os aspectos mercadológicos, valoriza a competição entre as pessoas e defendem o ideal de um mercado o mais amplo possível. Assim, a sociedade é quem decidiria o seu nível de consumo e a competição econômica, em escala mundial, onde todos os países teriam idêntica liberdade de comércio, seriam elementos reguladores e promotores de eficiência global (*Short History and Statement of Aims. Mont Pelerin Society*, 2014). Em boa medida, essa ideologia se fortaleceu a partir da década de 1990 tendo como foco a independência dos papéis das dimensões que compõem a sociedade.

Os economistas organizam a sociedade em três esferas independentes: o mercado, o Estado e a sociedade civil e pressupõe competências exclusivas a cada uma dessas dimensões. Por esse viés, à sociedade caberia o papel de decisão racional de compra, ou seja, transformação dos cidadãos em consumidores. O Estado deveria se encarregar de proporcionar bem-estar geral sem interferência na economia e, finalmente,

⁴ Para a definição desse conceito tomo emprestada a definição de Boaventura de Sousa Santos (1999) que define a sociedade civil como um vasto conjunto de organizações que não são nem estatais e nem mercantis.

o mercado deve limitar-se a maximização dos lucros e obediência às leis, como defende Friedman (1970).

As questões morais e éticas ficariam restritas à ordem individual e, nas sociedades, seriam expressas através de normas e condutas sociais cristalizadas no arcabouço legal e jurídico. Assim, uma vez violada as normas cabe à sociedade, via instituições legais, coagir o infrator a cumprir as regras (BORGER, 2001). Considerando a perspectiva neoliberal, não caberia ao mercado nenhuma responsabilidade além da legislação sob pena de ineficiência econômica e prejuízo para toda a sociedade.

Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude (FRIEDMAN, 1985, p.23).

Seja qual for a justificativa para uma postura responsável das empresas o fato é que o conceito de responsabilidade social é permeado por diversos discursos político-ideológicos, o que contribui para a sua diversificação de definições. Entretanto, atualmente há consenso que as empresas têm como obrigação avaliar os impactos de suas práticas sobre o ambiente externo, no intuito de minimizá-los e de agregar benefícios sociais, além de seus ganhos econômicos (CARROLL, 1999; BORGER, 2001).

A literatura da gestão empresarial, em geral, aponta para o período pós-guerra o momento ápice dos debates que deram origem aos conceitos de responsabilidade social e outros conceitos agregados, tais como: desenvolvimento social, ética nos negócios e sustentabilidade (MAY et al, 2007, MELO NETO e FROES, 2002). Embora, até início da década de 1970, as empresas tenham encontrado na filantropia⁵ o meio para cumprir com a responsabilidade social, foi na segunda metade da referida década, devido às transformações sociopolíticas⁶, que as ações de responsabilidade social passaram a ser regulados por organismos do Estado e/ou grupos de pressão (CARROLL, 1999).

Neste sentido, Ducker (1984) apontava para a necessidade de conversão das responsabilidades na função social das empresas em oportunidade de negócio, pois é preciso se adaptar as novas exigências, mas sem perder de vista a finalidade da empresa que é obter lucros (DUCKER 1984 apud CARROLL, 1999). Assim, a partir de 1980, tendo como pano de fundo a discussão sobre a contribuição das empresas para a melhoria

⁵ Segundo Garcia (2004, p.12-13) a definição mais corrente de filantropia está alinhada a sentimentos de amor à humanidade, altruísmo e humanitarismo e possui forte apelo agregador a quem se dispõe a fazer o bem.

⁶ Foi nesse período que o modelo de desenvolvimento que prioriza somente a questão econômica começou a ser questionado. Os debates sobre o tipo de desenvolvimento ideal incluiria as dimensões sociais e ambientais

de vida num ambiente onde predomina o mercado de livre concorrência pode-se dizer que as ações de responsabilidade social foram convertidas em estratégias de sobrevivência da marca ou empresa, ou se preferir, a empresa socialmente responsável assume um diferencial que permite a empresa se manter no mercado competitivo.

Por estratégia podemos considerar a “técnica utilizada para alcançar um objetivo (individual ou coletivo, privado ou público, pacífico ou bélico-militar) (...) a estratégia é concebida num campo vasto e complexo que se apoia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 431).

Bourdieu (2012) destaca que a estratégia é produto de um senso prático típico de um jogo, um *habitus*⁷, um jogo incorporado na sociedade, um domínio adquirido com a experiência. Ou seja, a estratégia utilizada faz parte de um jogo que leva as empresas a escolherem a melhor forma de atuação dentre as opções dispostas no jogo. Neste estudo, poderíamos dizer que o jogo o qual se refere Bourdieu são as ações de responsabilidade social que a empresa tem que assumir⁸.

Longe de esgotar o assunto, embora sejam notáveis os esforços empreendidos nas ações de responsabilidade social, foram apontadas neste trabalho algumas considerações que levam a crer que as ações de responsabilidade social são, antes de tudo, uma técnica utilizada pela gestão empresarial para posicionar a empresa no mercado. As estratégias de sobrevivência das empresas, através das práticas de responsabilidade social, se aproximam do que Bourdieu chamou de jogo duplo que consiste em jogar em conformidade com as regras do jogo, assegurando que o Direito esteja ao seu lado, ou fazendo parecer que está, mas agindo conforme seus próprios interesses.

Como parte da estratégia de sobrevivência das empresas, para dar maior visibilidade às ações de responsabilidade social são empregadas práticas inerentes ao *marketing*. Dentre as inúmeras finalidades do *marketing* este modelo de gestão, além de proporcionar visibilidade à empresa, possibilita uma utilidade acima das expectativas quando as práticas responsáveis realizadas pela empresa junto à sociedade são reconhecidas.

5. Responsabilidade social na bacia do Rio Uruguai

⁷ Sistema de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (nas dimensões culturais, econômicas, sociais, materiais, entre outras). O *habitus* diz respeito às estruturas relacionais nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais (para Bourdieu capital é todo recurso ou poder transmitidos nas relações sociais). Assim, o *habitus* se refere aos estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos das pessoas.

⁸ Seja qual for a justificativa para assumir as responsabilidades sociais. Seja pela sua postura ética ou por estar inserida num contexto de desenvolvimento sustentável ou ainda porque a responsabilidade social é item indispensável para a sua atuação.

Ao entrevistar os envolvidos na construção de hidrelétricas encontraram-se diversas percepções sobre o mesmo fenômeno. Ainda que todas as vozes façam coro sobre a melhora do aspecto econômico tanto da região como do próprio atingido, de modo geral, os atingidos se sentem lesados por terem que abandonar a terra onde viveram toda a vida; os representantes públicos percebem que a hidrelétrica poderia contribuir mais e, por outro lado, o empreendedor acredita que todos os impactos causados em decorrência da obra foram mitigados.

Quando questionada sobre os impactos causados pela hidrelétrica e a mitigação dos impactos por parte da empresa a atingida pela hidrelétrica de Campos Novos responde:

Nem todos [os impactos são mitigados]. Nem todos porque, por exemplo, muita gente sai do lugar da gente. (...) E *viemo praqui*. Mas teve gente que saiu de... Já digamos, mais pra baixo do que nós, saiu *dos local* aqui e se mudaram e daí a pessoa sofre, né? Não tem quem pague a mudança que a pessoa sente principalmente as pessoas de idade que saem da comunidade, sentem muito a mudança (MENEGAZ, 2013).

Por outro lado o responsável pelo setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos consórcios BAESA e ENERCAN, consórcios que deram origem a construção das hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos respectivamente, afirma que as ações da empresa foram totalmente eficazes na mitigação dos impactos oriundos da instalação da hidrelétrica.

Primeiro assim: hoje eu não considero que você tenha mais algum impacto nesse sentido [decorrente da instalação das hidrelétricas]. Eu acredito que aqueles impactos que foram causados pela implementação do empreendimento, eles já foram mitigados. O que você tá fazendo hoje, são contribuições para a melhoria de uma determinada situação que é uma conjuntura econômica, ou social, da região. Então acredito que você não vai, com essas ações, você não vai resolver 100% daquelas ações que são conjunturais, ou seja, elas já existiam antes do empreendimento chegar, né? [Até porque] elas vão continuar existindo, muitas delas em níveis menores né? (...) Agora vou ter que frisar: eu não acredito que hoje existam impactos negativos a serem mitigados. Eu entendo que esses impactos negativos já foram mitigados, suplantados, e hoje, o que a empresa tem é um conjunto de contribuições para o desenvolvimento da região (RIBEIRO, 2013).

Por outro lado, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) chama atenção para o “discurso fácil” do desenvolvimento.

(...) O processo de desinformação, o discurso das empresas, do desenvolvimento, que vai gerar trabalho e coisa né? Digamos assim, aí o MAB tem que reconhecer que no senso comum acaba, se você não agir, se você não tiver lá, né? [A população acaba] a favor da barragem! Você vai ter muitos a favor da barragem e alguns muito contra a barragem, mas no senso comum, é aquela ideia de que energia é preciso, de que energia é desenvolvimento. É fácil esse discurso de dizer “bom, tu é contra a barragem, tu é contra a energia”, é um discurso muito fácil. Isso [o atual modo de vida] vai precisar de energia porque *tu não quer* ficar sem tua novela, tu não quer ficar sem alguma coisa gelada na geladeira. Eu vi até o Lula falando isso, né? Então as barragens

acabam, no senso comum, tendo uma posição favorável, que se reverte, né? Quando tu consegue fazer o que a gente tá fazendo, assim, conversar com as famílias, explicar e mostrar o que já aconteceu e não falar só em teoria, e “oh, *vamô* lá ver o que aconteceu, pra onde tá indo essa energia, *vamô* compreender quem que tem interesse nessa barragem, o que ela vai deixar aqui na região, né? (TRIERVEILER, 2013).

E o gestor público considera que embora o município perceba as boas consequências da instalação da hidrelétrica no município, o valor repassado poderia ser maior, e explica:

Bom, a avaliação da comunidade, quero crer, que comunguem com a nossa avaliação. Entendemos que ela é positiva [a avaliação sobre a instalação da hidrelétrica], em decorrência das atividades que ela vem desenvolvendo, ou seja, nós não estamos falando isso por mera *rasgação de seda*. Nós estamos falando isso porque efetivamente nós estamos sentindo as consequências das ações que a ENERCAN vem desenvolvendo e que o povo tem sido beneficiado (...). Agora, é claro que nós, como nunca ganhamos nada, nós nos contentamos com isso, mas se formos olhar a fundo o potencial que nós temos, que eles estão absorvendo e explorando e em decorrência desta exploração, a lucratividade que eles tão tendo, é muito superior ao retorno que eles tão dando [ao município (SALMÓRIA, 2013).

Porém, embora a notícia da instalação de uma grande obra como uma hidrelétrica cause comoção local e desperte várias percepções sobre o tema, é preciso compreender como se dá o nascimento desse projeto a fim de visualizar as possibilidades de sua realização.

O primado do mercado enquanto organizador da construção de hidrelétricas está presente em todas as etapas do empreendimento, ou seja, desde a concepção e se estende ao tratamento das questões sociais. Gonçalves (2007) explica que a ideia de desenvolvimento social a partir da ótica do mercado e a importância da energia para a manutenção de um padrão de vida garantem a continuidade e o avanço do setor elétrico que, no limite, significa a instalação de mais hidrelétricas.

Rocha (2013, p. 128) aponta que o avanço do setor hidrelétrico deve ser compreendido pelo viés de uma motivação do mercado, segundo o qual a demanda de energia é alimentada e alimenta o mesmo mercado⁹. No Brasil, a crescente demanda por energia está atrelada a estratégias de desenvolvimento relacionadas à superação de tendências isolacionistas que contribuem para políticas territoriais integradas (VERDUM, 2007; ROCHA, 2013).






























A bacia do rio Uruguai por sua vazão e declividade natural possibilitou a instalação de vários empreendimentos hidrelétricos e entre eles destaque os de maior capacidade de geração de energia, sejam eles: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Fóz do Chapecó. Neste estudo demos especial atenção às hidrelétricas de Barra

⁹ Neste aspecto o autor faz referência às empresas que são grandes consumidoras de energia elétrica e, por sua vez, são acionistas dos consórcios para a construção de hidrelétricas.

Grande e Campos Novos, ambas instaladas no período de primazia da iniciativa privada na construção de hidrelétricas.

Ao que se refere aos agentes sociais envolvidos na construção de hidrelétricas há uma repetição dos consórcios em diferentes usinas espalhadas pela bacia do Rio Uruguai. A expansão do setor elétrico e o Sistema Interligado Nacional são fatores que podem contribuir para a repetição de alianças entre os acionistas que compõem os consórcios das barragens do rio Uruguai (tabela 2). O mesmo argumento serve para a participação dos principais acionistas em outros consórcios com empresas diferentes para a construção de novas obras, conferindo um *know-how* para a construção de hidrelétricas (ROCHA, 2013, p.132).

Tabela 2 – Quadro de acionistas das principais hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai

Itá		 69%	 29,5%	 1,5%						
Machadinho		 19,74%	 80,26%	 33,13%	 30,99%	 9,98%	 6,76%	 6,65%	 6,35%	 3,28%
Barra Grande		 42,2%	 25,1%	 15%	 9%	 8,8%				
Campos Novos		 48,7%	 24,7%	 20%	 6,5%					
Foz do Chapecó		 51%	 40%	 9%						

Fonte: Rocha (2013)

Os projetos de grandes obras, como as hidrelétricas, fazem parte de um projeto ainda maior de inserção na lógica do capital global (VERDUM, 2007; ROCHA, 2013; GONÇALVES, 2007), de modo que a concepção de um projeto hidrelétrico extrapola os

limites de sua instalação. Deslocando o olhar da concepção de um projeto hidrelétrico, pretendo lançar luz sobre a inserção da hidrelétrica pela ótica social.

A atuação de empreendedores na instalação de um empreendimento hidrelétrico é guiada por um conjunto de estratégias reunidas em torno do que se denomina “aproveitamento ótimo¹⁰”. Trata-se de uma ferramenta de planejamento, baseado num projeto de desenvolvimento, que se restringe ao conceito de eficiência energética e pormenoriza os aspectos sociais e ambientais (ROCHA, 2013).

Qualquer empreendimento de grande porte causa impactos sociais e ambientais. A vocação brasileira para a hidreletricidade contribui para o aumento do número de hidrelétricas instaladas ou em processo de instalação. Como mencionado anteriormente, as grandes obras de infraestrutura faz parte de um projeto maior que tem na lógica do mercado a sua base mais sólida. A justificativa para grandes empreendimentos, com especial atenção para as hidrelétricas, parte da necessidade de energia para fomentar o desenvolvimento nacional.

Sem entrar no mérito do que é supérfluo ou necessário o fato é que considerando o modo de vida das sociedades em geral não se pode desconsiderar a importância da energia, porém, é preciso avaliar a que interesse a instalação de hidrelétrica realmente beneficia. Segundo o coordenador do MAB, Marco Antônio Trierveiler, atualmente, a energia se transformou em mercadoria.

(...) Então a primeira coisa que eu queria te dizer é isso, é reafirmar, a energia ela é essencial `vida, ela molda uma sociedade, mas ela se transformou numa mercadoria pra esse negócio. Então, quem tá controlando hoje *as barragem*, principalmente a construção de barragem e a disputa por todas as energias, mas principalmente a energia, são as empresas [se referindo às empresas acionistas dos consórcios das hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai]. Por quê? Pra questão do lucro. Não se tá pensando energia pro desenvolvimento, energia pro povo, né? Tá se pensando energia pro negócio, pro modelo que eles defendem, que é esse modelo né? (...) Das grande empresas, dos grandes negócios. Então pra nós, assim, voltando pra coisa, pra nós já é uma irresponsabilidade construir barragem pra esse modelo né? (...) Pra que tipo de desenvolvimento? Pra uso de quem? (TRIERVEILER, 2013)

A experiência mostra que uma vez projetada, as hidrelétricas tendem a ser instaladas, apesar das resistências por motivos sociais ou ambientais. Nas palavras de Trierveiler (2013) “(...) muitas vezes eles cuidam mais de uma árvore do que dos atingidos. Eu já vi parar barragem por causa de uma bromélia, e não vi parar a barragem por causa da questão social, seja dos indígenas ou dos quilombolas”. Além dos impactos significativos que processo de instalação de uma hidrelétrica implica, tais como as

¹⁰ Por “aproveitamento ótimo” a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, especialmente no Artigo 5, § 3º considera “(...) todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.”

grandes áreas atingidas pela formação dos reservatórios e canteiros de obras, o deslocamento compulsório de pessoas, muitas vezes pessoas simples e alijadas de políticas públicas, predominantemente do meio rural, muitas vezes são privadas do acesso aos recursos naturais e afetam drasticamente seu modo de vida. Por isso tudo importa saber de que forma se dá o trato com a questão social.

Ao que se refere ao deslocamento compulsório das pessoas atingidas por empreendimentos hidrelétricos, apesar de ainda não existir uma legislação específica referente ao remanejamento populacional no Brasil, existe uma prática realizada pelos empreendedores, na qual em cada hidrelétrica a ser instalada é previsto o estabelecimento de um Termo de Ajustamento de Conduta, entre os agentes sociais envolvidos, que norteia as negociações sobre o remanejamento populacional. Existem, basicamente, duas modalidades de remanejamento, indenização em dinheiro e reassentamento, esta última se subdivide em reassentamento rural coletivo (RRC), pequeno reassentamento rural (PRR), carta de crédito (CC), reassentamento em área remanescente (RAR) e reassentamento urbano (RU) (ROCHA, 2009).

Nesse processo de remanejamento populacional o acesso à informação torna-se um elemento indispensável no processo de tomada de decisão dos atingidos sobre qual modalidade de remanejamento escolher. Neste sentido, Moraes (2013) chama a atenção para o fato de o empreendedor ter maior responsabilidade na divulgação das informações sobre o remanejamento por ser o responsável direto pela hidrelétrica.

Como responsável direto da hidrelétrica, o representante pelos consórcios de Barra Grande e Campos Novos, afirma que há uma divulgação sobre as modalidades de remanejamento e que não há nenhuma preferência das hidrelétricas para que o atingido escolha determinado tipo de modalidade de remanejamento. Porém, esse argumento é rebatido pelo movimento social que representa os atingidos, o MAB, e pelos próprios atingidos, como pode ser visto nos relatos a seguir:

(...) Três aspectos assim que precisa ser levado em consideração: primeiro, a empresa faz, assim, ela faz uma prática de incentivo que as famílias peguem dinheiro (...). Ela faz toda uma campanha no sentido de que a família receba uma indenização em dinheiro. (...) Segundo, um grande incentivo da empresa, é o que eles chamam de carta de crédito. Para nós, também uma política extremamente prejudicial, porque a carta de crédito funciona com o seguinte: tu tem a possibilidade de escolher uma outra pequena terra, e se estiver dentro dos critérios e dentro do valor da empresa, ela compra aquela terra. Mas ao comprar aquela terra, ao mesmo tempo que você tá mantendo alguém na terra, você tá tirando, porque quem não tá vendendo, tá saindo da terra. E mais, onde você for morar você vai ser de certa forma, estranho. Você não tem assistência técnica, você, né... então os sucessos também das, do que chama de carta de crédito, os estudos que a gente tem, né, é que a maioria acaba em pouco tempo vendendo, perdendo a terra e coisa. E a terceira opção que a gente tenta é os reassentamentos, que são o que a gente tenta incentivar, porque a gente acredita que as famílias teriam que manter-se na terra, trabalhando, produzindo, pois é isso que elas sabem fazer (TRIERVEILER, 2013).

Por se tratar de um projeto de grande porte, quando da instalação de uma hidrelétrica as opiniões acerca de sua instalação não são consensuais. O processo de remanejamento das famílias das áreas atingidas pelas barragens está longe de ser tranquilo e pacífico fato creditado a resistência das famílias em saírem do local de onde viveram, às vezes, a vida toda construindo suas relações sociais e econômicas. Além disso, soma-se a esse panorama o fato de o empreendedor não conseguir esclarecer à população atingida de que forma será o processo de adaptação e acompanhamento no novo local de moradia e/ou os próprios atingidos não se sentirem contemplados pelas opções apresentadas pelo empreendedor.

O argumento usado pelo coordenador do MAB vai ao encontro dos relatos dos atingidos. Para os atingidos, tanto da hidrelétrica de Barra Grande quanto da hidrelétrica de Campos Novos, não houve uma divulgação imparcial das modalidades de remanejamento, sendo pressionados a aceitar determinada modalidade e/ou não tiveram acesso sobre todas as informações pertinentes ao seu remanejamento.

“É... eu na verdade vendi a minha [casa], vendi mal porque a empresa botava esse tal de intermediário lá e diz que se eu não aceitasse o preço deles, eles iam bota no juiz, né? Aí eu tinha que acertar com o juiz. E eu fiquei com medo... (SANTOS, 2013).

(...) Nós somos atingidos direto, nosso terreno foi atingido direto. Então, eles pagaram assim, o que quiseram (...). Não teve negociação. Eles vieram um dia, assim: “Ó, é esse o preço que nós vamos pagar” (...). Na outra semana eles estavam na judicial. E daí lá, o que eles quiseram dar, deram e se quisesse pegar, pegasse. Foi assim! (FRISCK, 2013).

Se a gente soubesse o que a gente tinha direito, a gente tava melhor. Mas daí eles não falaram nada [sobre os direitos]... *Nós não tinha* conhecimento assim, quais os nossos direitos a respeito da reforma, qual era o direito a respeito da propriedade que a gente ia receber aqui... (MENEGAZ, 2013).

A população atingida pelas hidrelétricas da bacia do rio Uruguai, na sua maioria, é composta por pequenos agricultores, posseiros e colonos e a sua relação com a terra é para a cultura de subsistência (ROCHA, 2013). Quando questionada sobre a atual condição da terra para que foi remanejada a atingida explica:

Eu depois que vim pra cá [para a aterra que foi remanejada], não dá tempo de terminar um problema e começa outro e as condições da gente como tu sabe... A gente saiu de lá [da barranca do rio onde morava], ganhou uma terra, uma casa, mas não é o suficiente. (...) Que na costa do rio nos vivia lá... Mas você não tinha esse negócio de veneno, adubo, *enchessão* de saco, você ia lá, roçava uma capoeira, plantava, colhia e pronto! (SVENKO, 2013).

Para Marco Antônio Trierveiler a diferença no trato da terra muitas vezes piora a situação do atingido após o remanejamento.

(...) Eles saem de uma região de subsistência e as vezes são colocadas (...) em terras no meio de fazendeiros, que a agricultura é totalmente diferente. [Nesses locais] já tem uma agricultura mais industrializada, assim, exemplos bem simples, aqui eles não usavam adubo, lá eles tem que usar altas doses, aqui eles

plantavam para subsistência, lá é uma agricultura muito mais comercial e coisa... (TRIERVEILER, 2013)

No Brasil, a partir da década de 1970 se intensificaram os processos de produção de energia através das usinas hidrelétricas para se constituir como insumos à produção industrial. Essa política de infraestrutura acaba por causar sérios impactos socioambientais que vão desde modificações ambientais e culturais locais, passando por deslocamento compulsório das populações ribeirinhas e aumento do êxodo rural e consequente inchaço das periferias dos grandes centros.

Para os integrantes dos movimentos sociais e atingidos, o interesse do setor elétrico brasileiro em mitigar os impactos socioambientais causados pelos empreendimentos hidrelétricos está diretamente relacionado com a pressão popular em tornar público o real processo de instalação das hidrelétricas e tencionar para que os aspectos sociais e ambientais não sejam negligenciados.

Com certeza foi organizado [o movimento para pressionar o empreendedor] (...) alguém se organizou ali com o prefeito, pessoal da educação. E outra coisa é que aqui é um reassentamento, então eles têm, querendo ou não, ficaram num compromisso no reassentamento, ele é coletivo [o reassentamento], eles tem muito medo do povo, né? Hoje nas ruas o que tão conseguindo o pessoal, né? Baderna tem certo, mas também consegue muita coisa (ALBINO, 2013).

Embora não possa ser totalmente creditado aos movimentos sociais a mudança de postura do empresariado, mas o fato é que nos últimos anos tem havido uma aproximação do setor elétrico às noções de desenvolvimento sustentável (que requer uma explicação mais detalhada).

O Brasil é um país privilegiado pela abundância natural de recursos hídricos. No entanto, não se pode usar esse fator natural como prerrogativa para a instalação sem critério de hidrelétricas. Segundo Bermann (2007) as hidrelétricas se constituem como uma alternativa¹¹ de obtenção de energia a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio. Entre as fontes de geração de energia, a energia hidrelétrica é apresentada como “limpa e renovável”, ou seja, em termos gerais são divulgadas como fonte de recursos energéticos não poluentes e inesgotáveis (ANEEL, 2014).

A suposta vocação brasileira para a hidreletricidade baseada na abundância natural é verdadeira tendo em vista as outras formas de energia consolidadas no atual estágio tecnológico. Porém, isto não pode ser tomado como prerrogativa para a instalação indiscriminada de hidrelétricas, pois, o aumento na disponibilidade de energia precisa ser buscado através da racionalização da matriz energética (repotencializando usinas, melhorando o sistema de transmissão e distribuição, evitando desperdícios), além do aprofundamento de pesquisas em fontes alternativas. Além disso, é preciso relativizar o paradigma de hidrelétrica como fonte de energia “limpa e barata”. Em comparação a outras fontes de energia como a termoelétrica, por exemplo, esta realmente

¹¹ No Brasil, além da obtenção de energia a partir do potencial hidráulico, a energia pode ser gerada a partir de energia nuclear, termelétricas, energia eólica e a partir de combustíveis tais como biomassa e combustível fóssil (ANEEL, 2014).

mostra-se mais limpa e barata, porém, uma análise mais detalhada sobre casos específicos demonstra que estas podem não serem tão “limpas”, se considerarmos a emissão de gases decorrentes da vegetação submersa, além de não ser tão “baratas”, se considerarmos o preço final da energia elétrica residencial no Brasil, bem como o tratamento muito aquém do necessário que é dispensado às populações atingidas (ROCHA, 2013, p. 327).

Tomando por base a definição de Vasconcelos e Garcia (1998), considera-se o desenvolvimento como o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. De modo que “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

As disputas pela hegemonia do modelo de desenvolvimento econômico a ser seguido foram acirrados após a 2ª Guerra Mundial tendo como momento crítico a Guerra Fria. Embora houvesse uma disputa da orientação a serem seguidos, os dois modelos de desenvolvimento¹² privilegiavam o crescimento econômico. Para além dos controversos, e inesgotáveis, debates sobre desenvolvimento¹³ o fato é que a partir das últimas décadas do século XX percebeu-se a necessidade de englobar ao conceito de desenvolvimento, além da variável econômica, as variáveis ambientais e sociais.

O processo de mudanças sociais e políticas da sociedade ensejaram a redefinição dos papéis dos agentes sociais. Ao passo que a sociedade tomou para si a discussão sobre os problemas ambientais oriundos de uma prática econômica sem critério, ao que se refere ao empresariado, à conscientização sobre as suas responsabilidades perante a sociedade ensejou atitudes mais ligadas aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Por isso, a mudança de postura do empresariado, assim como o apoio à formulação dos discursos que os justifiquem, está dentre as mais importantes ações empreendidas pelo setor nos últimos anos (BRONZ, 2011).

Da década de 1980 para hoje, a responsabilidade social não é mais vista como uma obrigação. Ela é vista como um papel das empresas, nesse contexto do setor elétrico (...). Então isso começa a dar uma certa credibilidade, porque as pessoas começam a ver que do discurso à prática, realmente está acontecendo. Outro aspecto é que essa própria evolução da responsabilidade social, que as empresas têm, também tirou muito da desconfiança [das pessoas dos municípios atingidos] de que a partir do momento que a usina tá pronta, a empresa vai operar e pronto. Ela não vai mais ficar lá participando das ações da comunidade, como, aliás, muitas empresas de outros setores fazem (...). Então, eu vejo que as empresas do setor elétrico, elas estão abertas, muito, exatamente para isso: para a comunidade perceber que ela tá ali, para participar

¹²O bloco capitalista representado pelos Estados Unidos e o bloco socialista representado pela extinta União das Repúblicas Soviéticas.

¹³ As principais correntes debatem o desenvolvimento a partir de duas orientações ideológicas. Na tradição clássica e neoclássica entende-se o desenvolvimento como uma variável quantitativa medida através de indicadores de renda, ou seja, crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento. Já a tradição marxista entende o desenvolvimento como a possibilidade de mudança qualitativa a partir do que pode proporcionar o fator econômico, a exemplo, Celso Furtado

da comunidade. Então, essa quebra da barreira, entre aquilo que era desconfiança e aquilo que as comunidades acreditam, ela [a responsabilidade social] hoje pra mim, é fundamental para o sucesso que esses empreendimentos têm (RIBEIRO, 2013).

Em última instância o papel último da empresa é gerar lucro. Mesmo assumindo uma nova postura sobre o seu papel na sociedade, sem ter lucro à empresa não se mantém no mercado competitivo. Assim, a fórmula usada pelo setor empresarial para aliar crescimento econômico a práticas sustentáveis partem do princípio de *triple bottom line*.

O modelo *triple bottom line* tem por princípio que para ser sustentável uma empresa deve ser financeiramente viável, socialmente justa e ambientalmente responsável. Dito de outro modo necessita produzir lucro, contribuir para o bem estar social de seus trabalhadores e da sociedade e assegurar que seus processos produtivos não produzam efeitos irreversíveis ao meio ambiente, garantindo às futuras gerações o usufruto dos recursos necessários à subsistência (ELKINGTON, 1997). Esse é o corolário da sustentabilidade das empresas considerando que não há empresa hoje que não incorpore a ideia de *triple bottom line* em seus planejamentos.

No entanto, mesmo os atingidos não se sentem privilegiados pelo discurso de sustentabilidade da empresa. No que diz respeito ao aspecto social, a hidrelétrica não conseguiu manter um acompanhamento dos atingidos. Para a atingida pela hidrelétrica de Campos Novos, a senhora Isabel Fabrício Frisck, a hidrelétrica tem muito retorno financeiro e, além de prejudicar o meio ambiente, não dá a devida assistência para o atingido.

“Mas *nóis*, que fumo atingido por coisa social, assim, só deram um cantinho pra gente e ‘ó, se arrendem!’ Foi meio isso pra nós.” (...) Por que a hidrelétrica, ela faz o interesse dela. E daí o governo deixa ela fazer o que ela quiser (...). Eu entendo assim, eu vejo assim. Só porque também, na verdade, a hidrelétrica se ela tá tirando benefício, ela tinha que repor alguma coisa social (...). Mas o certo, é meio atropelado as pessoas do local e elas dizem que cumprem tudo certinho, mas não. Eu acho que elas ganham assim, daí ali tem o IBAMA, não sei mais o quê. Tudo apoia, ali é licenciado pelo... [órgão fiscalizador do meio ambiente, no caso o IBAMA]. Então, acho que aquilo é uma negociação lá, entre os grandão e daí vem aqui (FRISCK, 2013).

A conscientização dos papéis e responsabilidades das empresas através de um modelo de gestão que prioriza os princípios do tripé da sustentabilidade incentiva à adoção de um posicionamento responsável frente aos impactos decorrentes de sua atuação, ainda que essa atuação acabe por se tornar um diferencial no mercado competitivo.

Carroll (1979) prevê a responsabilidade social a partir de um modelo que engloba quatro principais obrigações, são elas: econômica, legal, ética e voluntária. A responsabilidade econômica é o principal tipo de responsabilidade social encontrado nas empresas, pois o lucro é a maior razão pela qual as empresas existem. A responsabilidade

legal se refere ao que a sociedade considera importante com respeito ao comportamento adequado da empresa; espera-se, no mínimo, que as empresas respeitem as leis. A responsabilidade ética inclui comportamento ou atividade que a sociedade espera das empresas, mas que não necessariamente são codificados pela lei. E, por fim, a responsabilidade voluntária, como o próprio nome diz, é puramente voluntária, e está ligada ao desejo da empresa em contribuir socialmente.

A partir da conceituação de Carroll (1979) sobre as quatro principais obrigações da responsabilidade social, a definição de responsabilidade social adotada pelos entrevistados de diferentes esferas da sociedade (atingidos, gestores públicos, integrantes de sindicatos e movimentos sociais e empreendedor) está intimamente ligada ao cumprimento das obrigações legais como podem ser visualizados nos relatos a seguir:

Responsabilidade social é não deixar ninguém... Como é que eu posso te explicar isso daí? Não deixar ninguém assim... Responsabilidade social é cumprir os acordos. Uma responsabilidade social seria tudo o que tá escrito no acordo e cumprir junto a população, junto ao município (NEZ, Jeoldenir de. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Celso Ramos).

(...) Responsabilidade social é quando um empreendimento de ordem financeira e econômica explora o potencial de uma região e ele traz retorno e devolve para aquela região um pouco do que ele tirou. Essa é a responsabilidade social na minha avaliação, ou seja, ele veio, teve que desalojar pessoas, teve que utilizar estruturas e depois quando começou a gerar efetivamente lucro, ele começa também a devolver parte desse lucro para essa comunidade atingida (SALMÓRIA, Lucimar. Prefeito de Abdom Batista).

Mas assim, o que nos entendemos que seja, pra nós, responsabilidade social: é exatamente a gente se ver num contexto de uma região, onde pra nós sermos uma boa empresa, nós também temos que ser bons vizinhos, sobre vários aspectos: sobre o aspecto de relacionamento, né, eu não posso fazer as coisas ao revés da comunidade, eu preciso saber o que a comunidade realmente espera da empresa, e ao mesmo tempo, eu não posso desenvolver as minhas ações substituindo o poder público, porque nós temos lá um poder formal instituído, que possui um conjunto de obrigações para com a comunidade e eu tenho que me inserir nesse contexto, desenvolver ações que contribuam, vamos dizer assim, para o desenvolvimento, para que essa comunidade se desenvolva social, econômica e ambientalmente bem, mas sem interferir e sem criar um vínculo com a minha empresa. Então, na verdade, a gente entende que a responsabilidade social, ela tá muito atrelada à própria sustentabilidade da empresa como instituição e da sustentabilidade com aquele famoso tripé, né?! O social, o ambiental e o econômico, ou seja, tem que andar junto, que eu diria que é um grande desafio (RIBEIRO, Paulo César. Representante dos consórcios BAESA e ENERCAN).

Responsabilidade social faz parte da... O fato delas [as hidrelétricas] terem deslocado o pessoal, faz parte do fato de eles terem ocupado... o manancial hídrico. Então a responsabilidade social faz parte deles manterem esses acordos. Isso aí faz parte do acordo deles! (MENEGAZ, Maria Francisca Rosa. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos).

Eu acho assim, e isso não temos nenhuma dúvida, né? Conforme a força da população, e é com relação de força em qualquer barragem. Se tu pegar os

dados ali, mais indenização, mais reassentamento, é conforme a força que a população se organizou, então ali, como se organizou, digamos, ampliou inclusive para a sociedade, conseguiu colocar na sociedade, a empresa tem que ceder mais. Mas a regra é “eu cedo quando tem que ceder”, e isso não vira política, entende? (TRIERVEILER, Marco Antônio. Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem).

Como dito anteriormente, a partir dos anos 1990, momento de ebulição do projeto de responsabilidade social, frente à incapacidade fiscal e financeira do Estado brasileiro para a manutenção das políticas públicas sociais, abriu-se espaço para a ascensão de novos atores no cenário social e político do Brasil, dentre eles o empresariado.

Tenório (2004) afirma que são várias as justificativas para as empresas adotarem uma postura mais responsável na área social, dentre elas o autor destaca as pressões externas e a instrumentalidade.

As pressões externas são inerentes às imposições postas pelos consumidores, pelos reclamos das comunidades impactadas pela ação empresarial e pelos códigos de conduta internacional que coíbem a atuação irresponsável das empresas. No que diz respeito à instrumentalidade do comportamento socialmente responsável, as empresas são beneficiadas pelo retorno de *marketing* e isenções fiscais concedidas pelo governo pelo desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades, por este viés, o principal motivador para a ação social advém do interesse econômico para a garantia de competitividade no mercado (TENÓRIO, 2004).

É neste contexto que destacamos a incidência dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas na vida das pessoas em especial, dos ribeirinhos. Os atingidos, na sua maioria, residem em áreas rurais e, por este motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra. São usuários dos recursos naturais, devido principalmente a sua condição de cidadão alijado de políticas públicas.

A experiência na bacia do rio Uruguai demonstra que obras do porte de uma hidrelétrica são praticamente inevitáveis sob a justificativa da “necessidade de energia” para o desenvolvimento. Por causa disso, de maneira geral, a opinião pública¹⁴ tende a concordar com essas obras ainda que haja dissenso sobre a instalação do empreendimento, principalmente entre os atingidos diretamente pela obra, ou seja, os ribeirinhos.

Como bem ponderou Scherer-Warren (2005) ainda que a instalação da hidrelétrica esteja legalmente amparada¹⁵, por si só, não permite que o projeto avance.

¹⁴ Nesse momento atribui-se como componentes da opinião pública o consumidor de energia, ou seja, não atingido diretamente pelo empreendimento (ainda que, de maneira ampla, todos são atingidos quando há um grande impacto ambiental).

¹⁵ Como discutido anteriormente, os órgãos reguladores do meio ambiente determinam uma série de obrigações a serem cumpridas para que o processo de licenciamento seja deferido.

Por se tratar de um empreendimento de grandes proporções às opiniões distintas sobre as vantagens da obra são natural. Portanto, a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos deve estar apoiada pela legitimidade daqueles diretamente atingidos para seguir adiante, ou seja, a legalidade sobre a qual o projeto se baseia paralelo à legitimidade em relação às populações locais atingidas diretamente pelo projeto (SCHERER-WARREN, 2005).

(...) A legitimidade [é] buscada no momento da inserção deste no lugar de destino. Esta inserção se faz em primeiro momento através do campo ambiental, sendo que o EIA-RIMA e as Audiências Públicas são os aspectos de maior preponderância. Sobre os primeiros, confirmamos a hipótese de pouco aprofundamento da discussão no processo de licenciamento prévio, ao ponto de resgatarmos a ideia de Rothman (2008) quando o autor entende este documento apenas como um instrumento de legitimação do processo decidido *a priori*. Depois, quanto à sua forma e conteúdo, podemos dizer que mesmo com a contestação de órgãos técnicos competentes como o IPPUR-UFRJ, o referido estudo prevaleceu sem nenhum ajuste. Sobre as audiências, a confirmação das mesas diretoras, o pouco tempo para discussão, o formato expositivo e não deliberativo, além das falas apresentadas, apontam para a mesma linha do EIA-RIMA, no sentido de que se trata muito mais de uma etapa do processo de licenciamento a ser superada do que propriamente um debate com a população atingida (ROCHA, 2013, p.189-190).

A responsabilidade social foi incorporada à administração das empresas como uma estratégia organizacional eficaz na construção de imagem favorável, tornando a empresa legitimada como socialmente responsável. Porém, não se pode desconsiderar a existência de uma sociedade globalizada em que é natural que haja discordâncias acerca da definição do que seja um comportamento socialmente responsável das empresas. Por este motivo, a RS tem como pressuposto básico a legitimidade uma vez que,

“(...) as relações entre sociedade e empresas baseiam-se num contrato que vai evoluindo conforme as mudanças sociais e as consequentes expectativas da sociedade. Nesse contrato a sociedade legitima a existência da empresa, reconhecendo suas atividades e obrigações bem como estabelecendo limites legais para a sua atuação” (BORGER, 2001, p. 37).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) legitimidade consiste num grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força e, por esta razão, que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo. Assim, outro conceito relacionado à legitimidade é a definição de poder.

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. (...) Se entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem de determinar comportamento do homem (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 933).

Assim, a legitimidade da empresa está no poder que ela tem de mudar a imagem negativa que a empresa causa no início das obras e até mesmo no momento de

remanejamento populacional. Conforme a atingida pela hidrelétrica Barra Grande, a imagem que a empresa deixa no local de sua inserção é de destruição. “É uma imagem de destruição, né? Que só destruíram o que tinha, né? Matas... destruíram. Tiraram as pessoas do lugar, né? Pega onde a pessoa nasceu. Se criou ali. Tão tudo debaixo d’água, né? Que a gente conversa com as pessoas e chora ainda” (LAGER, 2013). Porém, essa percepção muda com o passar no tempo.

O que se tem percebido é que através das ações de responsabilidade social as empresas ganham a confiança dos atingidos, mais que isso, conseguem legitimar a empresa perante os mesmo como pode ser visto nos relatos a seguir.

[Com as ações de responsabilidade social] ela ganha mídia, ela ganha uma... A conscientização de... Ela ganha assim a consciência de muitas pessoas de que ela tá ajudando o povo. Ela [a empresa] tá fazendo a coisa social, na mente [das pessoas] né? (NEZ, 2013).

Com relação ao retorno que a empresa teria, primeiro, eu acho que ela estaria se sentindo satisfeita por estar cumprindo com o pacto da responsabilidade social que causou em decorrência do empreendimento hidrelétrico. Então, socialmente, nós vemos por esse lado, (...), mas por outro lado também, nós vemos que eles estão assim, de maneira contínua, sempre buscando alguma maneira de compensar os municípios atingidos pelo impacto causado (...) [ainda que] existam coisas que são imensuráveis, você não tem como mensurar o valor que você tem aquela casa onde você morou a vida toda. Então, as coisas que nós podemos avaliar patrimonialmente é uma situação, agora emocionalmente é outra (SALMÓRIA, 2013).

[A empresa ganha com as ações de responsabilidade social] porque eles... Financeiramente e também socialmente, porque eles são... daí eles são avaliados pelos grandes órgãos lá da Presidência, sei lá. Por exemplo, a ISSO, a ISSO 2001, ISSO 9001. Eles ganham, já vi a ENERCAN... o pessoal da ENERCAN já vi serem agraciados com honrarias porque tão cumprindo os projetos sociais, porque tão cumprindo com os projetos ambientais, que tão fazendo não sei o quê, que tão fazendo não sei o quê mais. Então, eles levam os louros da vitória (MENEGAZ, 2013).

Quando da construção de obras que causem grandes impactos, como é o caso de uma hidrelétrica, uma série de condicionantes é imposta para que as licenças ambientais sejam liberadas¹⁶. Entre as condicionantes está a questão da responsabilidade social que, no caso das hidrelétricas, é usada como estratégia de sobrevivência da empresa para mudar a percepção dos atingidos sobre a imagem da empresa.

A partir do que Ducker (1984) preconizou o que se tem percebido é uma conversão das obrigações legais da empresa com a função social em oportunidade de negócios através de uma estratégia bem sucedida de marketing para legitimar a empresa frente aos atingidos. Assim, as obrigações com a questão social, ou usando de um jargão

¹⁶ Condicionantes são recomendações definidas pelo Órgão Ambiental e que o empreendedor deverá atender, pois fazem parte da licença ambiental. As condicionantes vão desde recomendações de proteção ambiental até recomendações de caráter social. Caso o empreendedor não atenda qualquer condicionante da licença, esta poderá ser suspensa, não ser concedida nas etapas sucessivas ou não ser renovada.

comum na literatura do setor elétrico, as condicionantes impostas com relação à questão social são cumpridas, porém sob uma roupagem de voluntariedade da empresa.

Sim. Eles têm cumprido sempre [as ações de responsabilidade social], até porque é uma condicionante, né? Pra eles conseguirem, porque a concessão é renovada anualmente, então eles têm que apresentar esses dados aí pra ANEEL, pra conseguirem renovar as concessões e eles têm feito a sua parte, têm participado, têm colaborado com os municípios (SILVA, 2013).

Entendo estratégia como um mecanismo para alcançar determinado objetivo, Bourdieu (2012) chama atenção para o fato de que as estratégias são produto de um senso prático típico de um jogo, um *habitus*¹⁷, um jogo incorporado na sociedade, um domínio adquirido com a experiência. Deslocando o olhar para o caso das hidrelétricas, a hipótese principal se confirma como pode ser visto na tabela 02. Diante dos dados obtidos e olhando para o panorama de acionistas o fato é que as empresas acionistas dos consórcios que constroem as hidrelétricas na bacia do rio Uruguai são as mesmas e que, por esse motivo elas detém o conhecimento de como desmobilizar movimentos contrários à instalação da hidrelétrica, além de ter a *expertise* de converter as responsabilidades sociais em um elemento de diferenciação da empresa.

Ao que se refere à desmobilização de grupos contrários à instalação da hidrelétrica, o advogado que esteve presente na maior parte das disputas judiciais envolvendo às hidrelétrica afirma: “O pessoal tentou se mobilizar, tentaram se aglutinar, né? De repente formaram-se grupos, eles trabalharam dentro dessa subdivisão desses grupos, são *experts* até nesse ponto de dividir, eles começaram a negociar separadamente com os atingidos” (BRANDÃO, 2013).

Ou seja, a estratégia utilizada faz parte de um jogo que leva as empresas a escolherem a melhor forma de atuação dentre as opções dispostas no jogo. Neste estudo, poderíamos dizer que o jogo o qual se refere Bourdieu são as ações de responsabilidade social que a empresa tem que assumir¹⁸.

Este trabalho buscou compreender as diferentes percepções acerca da responsabilidade social pelos diversos envolvidos/atingidos. Em resumo as principais percepções estão listadas na tabela 3:

Tabela 3: Resumo das percepções dos entrevistados.

¹⁷ Sistema de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (nas dimensões culturais, econômicas, sociais, materiais, entre outras). O *habitus* diz respeito às estruturas relacionais nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais (para Bourdieu capital é todo recurso ou poder transmitidos nas relações sociais). Assim, o *habitus* se refere aos estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos das pessoas.

¹⁸Seja qual for a justificativa para assumir as responsabilidades sociais. Seja pela sua postura ética ou por estar inserida num contexto de desenvolvimento sustentável ou ainda porque a responsabilidade social é item indispensável para a sua atuação.

Variáveis Itens	Percepção dos atingidos	Percepção dos gestores públicos	Percepção dos empreendedores
Sobre a responsabilidade social	A empresa pratica a responsabilidade social porque é obrigatória.	A empresa pratica a responsabilidade social porque está usando de uma riqueza natural do município e precisa retribuir.	A responsabilidade social faz parte de um conjunto de valores em que a empresa acredita.
A responsabilidade social resolveu os impactos causados?	A vida melhorou economicamente, mas a responsabilidade social não conseguiu resolver os impactos ambientais e culturais.	A vida melhorou economicamente, mas a responsabilidade social não conseguiu resolver os impactos ambientais e culturais.	Todos os impactos decorrentes da instalação da hidrelétrica já foram resolvidos
A vida melhorou depois da instalação da hidrelétrica?	A vida melhorou economicamente, mas preferia estar na terra onde havia laços culturais forte, junto aos parentes e vizinhos.	Com a hidrelétrica o município melhorou. Tem mais possibilidade de investimentos em áreas carentes.	A situação dos atingidos e municípios melhorou significativamente.
A empresa ganha algo com as ações de responsabilidade social?	A empresa ganha legitimidade	A empresa ganha legitimidade	Ganha o reconhecimento de que faz parte da comunidade local.

Fonte: Dados da pesquisa.

E a hipótese de que as ações de responsabilidade social legitimam os empreendimentos hidrelétricos é corroborada pelo estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas, pois ante a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública. Por outro lado, a pesquisa não conseguiu dados suficientes para comprovar a influência determinante dos movimentos sociais nas ações de responsabilidade social das empresas e, por este motivo a segunda hipótese não pode ser verificada.

Considerações Finais

O esforço aqui direcionado foi no sentido de rastrear as diferentes percepções dos envolvidos nas ações de responsabilidade social no setor elétrico. Para tanto, recorri à metodologia de entrevista semi-estruturada além da busca do referencial teórico através de revisão bibliográfica.

Importa destacar que no processo de instalação de hidrelétricas, no Brasil, por não ter uma legislação específica ao que se refere a mitigação dos impactos e trato com a questão social, muitos aspectos são herdados de empreendimentos anteriores. No caso em questão, a bacia do Rio Uruguai possui uma quantidade considerável de hidrelétricas em funcionamentos e outras tantas em processo de licenciamento ambiental. Este fato se deve à “vocação” hidrelétrica da bacia.

Os casos estudados foram às hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos, ambas instaladas num momento político que permitia a parceria público-privada. O estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas permitiu concluir que as ações de responsabilidade social legitimam o empreendimento hidrelétrico, pois ante a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública.

Observou-se também a importância da mobilização para a garantia de direitos. Como a questão da instalação das hidrelétricas ainda não possui legislação adequada é constante o tencionamento para conseguir vantagens. Pelo lado do empreendedor, em última instância, é notável a sua posição para redução de gastos. Já o atingido pressiona para que as conquistas adquiridas em uma mobilização se estendam para outros empreendimentos hidrelétricos. Por outro lado, os gestores municipais percebem a instalação da hidrelétrica como uma possibilidade de ganhos para o município.

Assim, observa-se que os atores envolvidos no processo de instalação da usina que vão desde os atingidos, os trabalhadores que usavam as terras, os comerciantes locais, os representantes do legislativo, os integrantes de movimentos sociais, os participantes de sindicatos e a empresa envolvida na construção das hidrelétricas, em geral, têm diferentes percepções sobre o empreendimento.

Do ponto de vista dos municípios atingidos, a instalação da hidrelétrica traz ganhos, pois a empresa responsável pela construção repassa recursos ao município, além de apoiar projetos no município que podem ajudar na melhoria da infraestrutura e na qualidade de vida de seus moradores. Na visão da empresa ela está atendendo o que a lei determina e agindo de maneira a mitigar o impacto da implantação do empreendimento e, mais que isso, proporcionando desenvolvimento local. E pela ótica dos atingidos sentem-se tratados como peça de um jogo onde eles não têm vez e nem voz. Perdem os laços afetivos com a terra e com os vizinhos, não se sentem inseridos no processo de instalação da hidrelétrica.

Sob a justificativa de desenvolvimento, grandes obras de infraestrutura são promovidas a fim de garantir a melhoria dos processos produtivos. Considerando a convergência de interesses do governo e de parcelas importantes do setor privado a construção de hidrelétricas tornou-se um fator determinante para o crescimento econômico do país.

A desestruturação das comunidades impactadas pela obra e os impactos ambientais decorrentes da instalação da hidrelétrica são mitigados a partir de ações de responsabilidade social previstas em lei. Porém, o que se tem percebido é que as ações empreendidas pelas empresas são condicionantes para o andamento da obra. Ou seja, em nada tem a ver com conduta moralmente responsável, com ações movidas pelo valor ético da empresa, mas sim são realizadas ações obrigatórias sob uma roupagem voluntária através de técnicas de marketing.

Neste trabalho observou-se que embora os atingidos tenham ressalvas ao processo de instalação das hidrelétricas, sobretudo referente à forma como foram conduzidas as negociações com a empresa e sobre a perda das relações de vizinhança e o deslocamento da terra natal, o fato é que são populações alijadas de políticas públicas e veem na instalação da hidrelétrica uma maneira de mudar de vida. Então, num segundo momento há uma tendência à acomodação e aceitação, por parte dos atingidos da nova situação a que estão submetidos.

As conclusões desse estudo são específicas ao caso das hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos, mas também apresentam argumentos que podem ser percebidos em outras hidrelétricas da bacia do rio Uruguai.

Desse modo, compreendendo as hidrelétricas a partir de um projeto maior, que extrapola os limites do local de instalação podemos afirmar que uma vez projetadas às hidrelétricas saem do papel apesar das resistências ambientais e/ou sociais. Neste trabalho percebeu-se que a inevitabilidade dessas obras encontra respaldo na necessidade de energia para o desenvolvimento do país, além da *expertise* adquirida pelos empreendedores para driblar situações adversas.

Neste sentido, pode-se comprovar a hipótese de que as ações de responsabilidade social legitimam os empreendimentos hidrelétricos, pois através do

estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas, a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública. Por outro lado, a pesquisa não conseguiu dados suficientes para comprovar a influência determinante dos movimentos sociais nas ações de responsabilidade social das empresas e, por este motivo a segunda hipótese não pode ser verificada.

Foram muitas às limitações encontradas para a confecção desse trabalho, desde a ida ao campo até a dificuldade de relacionar o tema responsabilidade social, tão comum em áreas em outras áreas do conhecimento como a administração, o marketing e a publicidade, com a ciência política. Os resultados alcançados nessa pesquisa demonstram o quanto são necessárias pesquisas sobre a responsabilidade social e a sua relação com a legitimidade de empreendimentos hidrelétricos. Reconhecidas as limitações, esse trabalho encorajou estudos mais denso sobre o tema que será abordado numa pesquisa com maior fôlego.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)
<<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>> Acessado em: 11 de setembro de 2013 às 16:59.
- ANEEL. Atlas da Energia Elétrica no Brasil. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília, 2008. Acessado em 23 de Julho de 2012. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>
- BEGHIN, Nathalie. A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo. Editora Cortez, 2005.
- BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. Estudos Avançados. São Paulo, v. 21, n. 59, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, v.1 e 2. 2000.
- BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. A implantação de empreendimentos hidroelétricos: O caso de Machadinho. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política volume 2. Brasília. Editora da UnB, 2004.
- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial (tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). Bertrand Brasil 16ª edição. Rio de Janeiro, 2012.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- BRONZ, Deborah. Empreendimentos empreendedores: formas de gestão, classificação e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese (doutorado). UFRJ/ PPGAS. Rio de Janeiro, 2011.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*. V. 4, Nº. 4, p. 497-505, 1979. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/view/257850>>. Acessado em: 12 de julho de 2013.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definition constructo. *Business and Society*, V.38, Nº. 3, P.268-295, 1999.

DRUCKER, Peter. *Introdução à administração*. São Paulo: Futura, 1984

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times*, 13 de setembro de 1970. Disponível em: < <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>>. Acessado em: 11 de julho de 2013.

FURTADO, André Tosi. Energia, Economia e Mercado. *Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Nº 61. Campinas/SP. Dez., 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2004/12/16.shtml>> Acessado em 29 de janeiro de 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Dorival Junior. “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle de excedentes”. São Paulo/SP, 2007. Tese (doutorado) Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; PASE, Hemerson Luiz. Estado e Desenvolvimento no Brasil. In.: PASE, H.L.; BAQUERO, M. (orgs). *Estado, Democracia e Hidrelétricas no Brasil*. Pelotas. Editora Universitária/UFPel, 2012.

MELO NETO, J. P. de; FROES, C. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. *Revista FAE*, Curitiba, V. 5, Nº 02, maio/ago 2002.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. O processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por usinas hidrelétricas. Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, 2013.

PASE, H.L.; MULLER, M.; MATOS, I.O.B.; As implicações das políticas de remanejamento de atingidos por hidrelétricas. 37º encontro anual da ANPOCS. Águas de Lindóia/SP, 2013. Disponível em: < http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8404&Itemid=429 > Acessado em: 29 de janeiro de 2014.

PASE, Hemerson Luiz. Et. All. (2010). Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos. Pelotas: UFPel / NEPPU. Disponível em: <http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto_11.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2013 às 15:00

ROCHA, Humberto José da. *Relações de poder na instalação de hidrelétricas*. Passo Fundo Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

Scherer, A. y Palazzo, G. (2011). “The new Political Role of Business in a Globalized World: A review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance and Democracy”. *Journal of Management Studies*, 48(4): 899-931.

Short History and Statement of Aims. Mont Pelerin Society. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/montpelerin/index.html> . Acessado em: 28 de janeiro de 2014

TENÓRIO, F.G (org.); FARES, J. et AL (colaborador). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

VERDUM, Ricardo. Obras de infraestrutura no contexto de integração sul-americana. In: VERDUM, Ricardo. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais. Brasília: Inesc, 2007

ANEXO 1

Listra de entrevistados

ALBINO, Francisco de Cândido. 62 anos. Atingido pela hidrelétrica de Machadinho. Reassentamento 01. Barracão, 04 de julho de 2013.

BRANDÃO, Almo Jorge. Advogado e consultor de Empresas. Machadinho, 04 de julho de 2013.

COSTA, Lucas Cândido da. 64 anos. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica de Barra Grande.

FRISCK, Isabel Fabrício. 46 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Comunidade Barro Preto/SC, 03 de julho de 2013.

HERMES, João Batista. Professor aposentado, atual secretário de turismo e cultura de Abdon Batista (2013-2016). Abdon Batista/SC, 02 de julho de 2013.

JAGUSZEWSKI, Delmar Antônio. Vice-prefeito de Pinhal da Serra (2013-2016). Pinhal da Serra/RS, 05 de julho de 2013.

LAGER, Roselane de Souza. 46 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Barra Grande. Comunidade Carichos/SC, 03 de julho de 2013.

LIMA, Ivonildo Cunha. 51 anos. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica Barra Grande. Reassentamento 15 de fevereiro/SC, 03 de julho de 2013.

MATTOS, Jovelino. Membro da Associação Pastore Meio Ambiente (APAM). Celso Ramos/SC, 04 de julho de 2013.

MELO, Terezinha Solene Alexandre. 52 ANOS. Atingida pela hidrelétrica Barra Grande. Linha São Francisco/SC, 04 de julho de 2013.

MENEGAZ, Maria Francisca Rosa. Professora aposentada. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Estrada Geral Santa Ângela/SC, 03 de julho de 2013.

MENEGAZZO, Julcimar. 40 anos. Atingido pela hidrelétrica Campos Novos. Reassentamento 15 de fevereiro/SC, 02 de julho de 2013.

NEZ, Joldenir de. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Celso Ramos. Integrante do MAB. Atingido pela hidrelétrica de Campos Novos. Celso Ramos/SC, 04 de julho de 2013.

RIBEIRO, Paulo César. Responsável pelo setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos consórcios BAESA e ENERCAN. Florianópolis/SC, 01 de julho de 2013.

SALMORE, Aldete Terezinha Varel. 59 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Comunidade Santa Ana/SC.

SALMÓRIA, Lucimar Antônio. Prefeito de Abdon Batista (2013-2016). Abdon Batista/SC, 02 de julho de 2013

SANTOS, Antônio Alves dos. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal da Serra. Atingido pela hidrelétrica de Barra Grande. Pinhal da Serra/RS, 05 de julho de 2013.

SANTOS, Maria Elvira Pereira da Silva. 62 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos.

SANTOS, Marisete de Fátima Alves dos. Atingida pela hidrelétrica Barra Grande. Comunidade Nossa Senhora da Conceição/SC.

SILVA, Itamar Maciel. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica de Campos Novos.

SILVA, Ivonir Fernandes da. Prefeito de Anita Garibaldi (2013-2016). Anita Garibaldi/SC, 02 de julho de 2013.

SVENKO, Nadir de Souza. 50 anos. Atingida pela hidrelétrica de Machadinho. Atuou no MAB. Reassentamento Santa Bárbara/RS, 04 de julho de 2013.

TRIERVEILER, Marco Antônio. Agrônomo formado na Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Movimento de Atingidos por Barragem. Erechim, 06 de julho de 2013.